

Lobos em pele de meninos: a masculinidade ressentida e a socialização da juventude perante as redes sociais¹

Bruna de Oliveira Martins² / Instituto Promundo / DF

Matheus da Rocha Viana³ / DF

Palavras-chave: Masculinismo; Escolas; Internet

Introdução

A revolução tecnológica que o mundo passou nos últimos 15 anos têm sido uma daquelas que apresenta efeitos quase que imediatos, frutos de seus avanços que envolvem a telefonia, computadores e principalmente a Inteligência Artificial. Esse cenário acabou por dar origem às primeiras gerações de *nativos digitais* (Prensky, 2001) e reconfigurar uma boa parte do que entendemos até então sobre o ato de educar e criar crianças. Todo esse processo acabou por expor toda essa juventude à conteúdos com pouquíssima regulamentação nas redes sociais que opera em busca de redefinir toda uma leitura sobre a sociedade, raça, gênero, política, sexualidade e outras questões, pautada em *criadores de conteúdo* digital e não nos aprendizados escolares ou familiares como anteriormente.

Tais acontecimentos acabaram por inclusive fazer com que o Governo Federal reconhecesse a influência que o acesso recorrente às redes sociais estava tendo nos ambientes escolares tanto no que se diz respeito à atenção - uma geração de estudantes que não conseguem manter atenção por muito tempo fora das telas - como também em relação ao conteúdo, onde os aprendizados escolares estavam entrando em choque com informações equivocadas disseminadas pelas redes sociais, pois o sistema de credibilidade dessas informações vem sendo construído de outras formas que o ambiente além do digital não consegue competir (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

Acreditava-se que o uso de tecnologias do tipo nas salas de aula viria para auxiliar nos estudos e nas atividades propostas, principalmente no ensino de como utilizá-las de forma correta em busca de informações, mas o efeito foi um tanto inesperado, o que levou à sanção da Lei 15.100/25⁴, que proíbe o uso de celulares em ambientes escolares pelos

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília e consultora de gênero e projetos no Instituto Promundo.

³ Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

⁴ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html>

alunos justamente para resgatar um pouco do controle e melhora de saúde mental dos próprios discentes e docentes.

Essa série de mudanças, que ocorreram de forma muito rápida dentro do ambiente escolar (e na sociedade), acabou por trazer uma reflexão sobre quais são de fato os conhecimentos que vêm sendo assimilados pela juventude? Seriam aqueles dentro da sala de aula, ou os que são repetidos de forma massiva nas redes sociais? Como estão sendo construídas as figuras de autoridade em relação ao conhecimento e quem são elas? Estas são algumas das questões que pretendemos abordar aqui, mas principalmente, sobre quais são as noções de mundo, cultura, raça e gênero que os jovens estão tendo acesso, uma vez que a educação sobre gênero e sexualidade nas escolas foi abandonada pelas diretrizes de educação no país após a consolidação de um discurso conservador com ideais deturpados do que era o conteúdo abordado em sala (Figueiró, 2009; Campos, Miranda, 2022).

Com isso, percebemos que há claramente um campo de disputa (Cruz, Silva, Santos, 2020; HRW, 2022) entre os conhecimentos adquiridos no uso indiscriminado e desregulado da internet e redes sociais com grande exposição à discursos de ódio, entre os conhecimentos passados em casa e os conhecimentos vistos no ambiente escolar (Costache, Enachescu, Petcu, 2026). Esse processo acaba por gerar debates entre a população jovem a partir de compartilhamentos, conversas e a curiosidade natural do ser humano em explorar e aprender sobre aquilo que não entende ou que busca entender sobre sua própria condição no mundo e na sociedade, levando a busca pela resolução de dicotomias seculares em poucos segundos na tela de um celular (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

A pós-verdade, as redes e o conhecimento produzido

Hoje lidamos com uma era da pós-verdade⁵ (Prior, 2019, p. 90) e talvez uma das principais coisas que esse fenômeno tem causado no ambiente da sala de aula, é de uma disputa de conhecimento e informação que se cria através de abstratos desconhecidos por muitos, ou seja, geram inclusive dificuldade para serem combatidos enquanto desinformação (Costache, Enachescu, Petcu, 2026). O embate de informação entre o que é ensinado nas salas de aula e a sociedade não é novo, o currículo escolar sempre foi

⁵ “A “pós-verdade” refere-se, portanto, a um tempo onde mais do que a verdade, importam os laços afetivos que se estabelecem entre as informações veiculadas e os indivíduos. Não interessa tanto se as “estórias” são verdadeiras ou plausíveis de verificabilidade, já que os indivíduos estão, sobretudo, interessados na proliferação de visões ou de explicações que corroborem a sua própria interpretação dos factos e reforcem uma determinada visão do mundo” (Prior, 2019, p.90).

invadido pelas informações e noções ensinadas por familiares, suas extensões e por vários outros personagens (Campos; Miranda, 2022), nos levando ao fato de que parte do conhecimento se perdia ou se confundia na prática educacional, mas o que vem acontecendo no cenário atual não tem precedente e ainda não sabemos como lidar com o fenômeno que é a internet.

Antes de entrarmos na discussão sobre regulamentação das redes sociais, voltaremos um pouco e devemos admitir que: os problemas nessa equação gigantesca não se resumem à falta de regulamentação, mas passam também pelo fato de que não ensinamos uma geração que cresceu com a internet a utilizá-la. A pandemia de Covid-19 nos mostrou o tanto que a pós-verdade tem se feito presente na sociedade brasileira, seja pela desmobilização mortal em relação à vacinação em um país que sempre foi referência nessa prática (Fernandes, et al., 2020) ou até mesmo pelos espantalhos criados sobre projetos de governo e a retomada de um grande terror comunista que iria dominar o Brasil e a América Latina (Miguel, 2021), mas um dos estragos que perduram dessa época está justamente nessa disputa sobre os conhecimentos adquiridos na internet estarem ganhando força de *verdade universal* acima de qualquer outra fonte de conhecimento. A “*verdade*” que deveria libertar está alienando cada vez mais e sendo responsável pela criação de comunidades que fora da internet ganham força e atuam na vida social de forma, muitas vezes, irreversível. Como bem interpretado por Fernandes, Oliveira, Coimbra e Campos (2020):

Para Christian Dunker (2017, p. 38), o fenômeno da pós-verdade envolve uma “combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira”. Na perspectiva do autor, o conceito de pós-verdade, que consiste na revitalização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emotivo, constitui um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões (Fernandes, et al., 2020, p. 6)

Vemos então que, o que antes era uma ferramenta para consulta e auxílio na produção de conhecimento e aprendizado, virou uma máquina de propagação de um conhecimento próprio *produzido* por quem tem interesse na manutenção de uma narrativa que se diz “anti-sistema”, mas que fortalece cada dia mais movimentos sistêmicos como machismo, racismo, misoginia, lgbtfobia e o fascismo (Fernandes, et al., 2020; Amato, Fuchs, 2022; Costache, Enachescu, Petcu, 2026). O que abordamos aqui vai muito além

de uma pesquisa nos navegadores ou inteligências artificiais resultarem em informações equivocadas, mas sobre essas “fontes” estarem sendo responsáveis por de fato *criar* informações por se apoiar em um algoritmo que privilegia acessos e compartilhamentos, mas ignora completamente a veracidade de suas informações, criando assim um sistema próprio de credibilidade que se apoia meramente nesses critérios:

[...] algorithmic authority, which captures the role of digital infrastructures in shaping contemporary leadership. Unlike traditional forms of authority grounded in expertise or institutional validation, algorithmic authority emerges from the interaction between content, audiences, and platform systems. Social media algorithms prioritize engagement, emotional intensity, and polarization, thereby amplifying content that is more likely to generate interaction regardless of its informational or ethical value (Tufekci, 2015; Bucher & Helmond, 2018). This creates a self-reinforcing dynamic in which visibility leads to perceived credibility, which in turn consolidates authority (Costache, Enachescu, Petcu, 2026, p. 10).

Tendo isso em vista, a discussão não é só sobre uma cosmovisão cristã criacionista, mas sim sobre quem tem o direito de ser chamado de homem ou mulher com base em níveis de testosterona no sangue e órgão genital presente, sem sequer ter entendido anatomia humana básica e sem ter contato com conteúdo de educação sexual, sexualidade e construção de gênero na sociedade (Miguel, 2021; Oliveira, 2023). Porém para além disso não há somente uma exposição à essas formas alternativas de conhecimento, há também um “*call to action*”⁶ para que esses jovens façam de tudo para defender essas noções como forma também de se provar diante de seus pares e consolidar sua performance, majoritariamente, masculina (Oliveira, 2024). O que vemos, é que essas atitudes não são mais sobre defesa, mas sim sobre ataque ao conhecimento e às performances que eles reconhecem como não sendo “**corretas**”⁷ ou que pareça querer controlá-los, mesmo estando no centro (ou extremo) de manifestações hegemônicas.

A atuação desses agentes serviria, como nos mostram Costache, Enachescu e Petcu (2026), como a inserção de uma forma de “*currículo oculto*”⁸ (2026, p. 7), onde as narrativas sobre gênero são internalizadas como verdade, pois oferecem explicações que são retroalimentadas pelas angústias vividas por esses jovens, sendo eles mesmos e suas

⁶ Uma estratégia que busca incentivar a atuação direta de alguém em alguma situação.

⁷ Como corretas, entendemos como hegemônicas ou adequadas às performances da “maioria”.

⁸ Tradução livre do termo “*hidden curriculum*” (Costache, Enachescu, Petcu, 2026, p. 7)

experiências seu viés de confirmação. Constrói-se então uma relação de confiança com aqueles que parecem estender a mão e compreender seus problemas, isso é o início de uma lógica de credibilidade e legitimidade através do algoritmo e que se apoia em uma economia da atenção (Costache, Enachescu, Petcu, 2026), são discursos que assumem posturas de dominação e superioridade, trazendo consigo ideais de hierarquização das informações passadas pela educação formal e nas relações de gênero (ou até mesmo raça), de forma a consolidar um ideal que manifeste a dominância masculina como algo inato, natural e que deve ser reconquistado (como se estivesse em extinção).

O ponto principal dos esforços da pós-verdade, produção de conteúdo e produção de sentido nesse cenário é não só convencê-los daquela verdade e incentivá-los a agir contra outras informações como se fossem um ataque à sua identidade e seus valores, mas de fundamentar uma base sólida o bastante onde gênero é uma definição binária para que seja possível manter a ideia de que existe uma supremacia de gênero onde o masculino (branco, cis e heterossexual) se encontra no topo e àqueles abaixo disso devem agir de forma submissa. As consequências desse tipo de ideal são imensuráveis, uma vez que estamos falando de transgressão de direitos e incentivo para uma suposta defesa de honra que exige qualquer meio necessário (Amato, Fuchs, 2022; Oliveira, 2024).

A educação brasileira e a tentativa de seguir democrática

Durante o processo de formação no ciclo de educação básica no Brasil, os conteúdos programáticos presentes nas Diretrizes Educacionais Brasileiras⁹ e na BNCC¹⁰ (Base Nacional Curricular) variam entre diversas áreas de forma a serem escolhidos baseados naquilo que o Ministério da Educação e demais esferas do Estado entendem como necessário para formar alunos como cidadãos pensantes e atuantes na sociedade civil brasileira, em termos de uma emancipação ideológica e social de sua população (Oliveira, 2023; Mottin, 2026). Essas definições ainda permitem um certo espaço para adaptações e práticas educacionais a depender da abordagem pedagógica adotada, a região do país e seu público alvo¹¹, bem como a liberdade dos responsáveis de preferir

⁹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-para-a-educacao-basica>

¹⁰ https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf

¹¹ Isso pois os manuais citados também levam em conta a educação de povos tradicionais, do campo e em outras realidades sociais como cabíveis de serem adaptadas para tais locais, levando em conta conhecimentos tradicionais, práticas culturais diversas e demais ajustes em casos de outras necessidades especiais.

por uma abordagem religiosa do ensino, como se faz presente nas escolas adventistas e de demais correntes cristãs.

A educação, quando feita de forma democrática, leva em conta que um de seus objetivos principais é essa emancipação ideológica e incentiva o senso crítico. Porém, por mais democrática que essa prática seja e deseja continuar sendo, não é possível abrir mão do compromisso na manutenção de certos conhecimentos mesmo dentro de seu intuito em respeitar outras formas de conhecimento pertencentes à nossa realidade.

Logo, quando essa disputa se apresenta em forma de recusa àquela informação divulgada no ambiente escolar com base em um ponto de vista próprio sem qualquer apoio científico ou consolidação sociocultural que aponte sua veracidade é quando não estamos falando mais de um debate entre os conteúdos trabalhados, mas sim de uma tentativa sistemática em desacreditar certas informações de forma estratégica com intuito em beneficiar algum grupo interessado nessa mudança de narrativa que alcança esses discentes (Miguel, 2021; Oliveira, 2024; Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

Isso não significa que todos sejam convencidos por tais conteúdos e descartem os aprendizados presentes na escola e demais ciclos sociais responsáveis pela sua formação, a questão é que existe sim um contingente maior do que gostaríamos que vêm colaborando com os esforços de grupos masculinistas em substituir os aprendizados construídos em seus ambientes “analógicos” por uma credibilidade constituída através de algoritmo e noções objetivas sobre os processos complexos da formação educacional. Alguns dos exponenciais que ganharam grande notoriedade na última década - afetando diretamente a vivência digital nessa geração que aqui discutimos - foram movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL e os canais do Brasil Paralelo, que tentam de diversas formas sequestrar (sem provas ou evidências substanciais) a narrativa comprovada histórico-socialmente de diversos assuntos presentes em nossas diretrizes e guias educacionais, com a alcinha de tentar te dizer “a verdade oculta” (Oliveira, 2024; Costache, Enachescu, Petcu, 2026) que não querem que saibamos, e que se revela a maioria das vezes como uma simples narrativa reacionária e conservadora sobre o que abordam¹² (Basso, 2025).

A dimensão anti-intelectual de culto no discurso da empresa fica evidente quando termos como “missão” e “antídoto” são utilizados nas entrevistas e nas

¹² Majoritariamente subversão sobre o que temos comprovação da Ditadura Militar de 64, do período colonial no país, sobre neoliberalismo e questões de raça e gênero.

produções audiovisuais na denúncia à presumida perversão ideológica da mídia e da Escola. Segundo essa narrativa, todos os educadores e comunicadores escondem a verdade da população porque estão arregimentados em um suposto projeto de dominação mundial de esquerda (CARVALHO; ROVIDA, 2018). A estratégia discursiva é simples, mas eficiente: considera ideológico o que é científico e científico o que é ideológico, desde que corrobore com a opinião estabelecida a priori (ARENDT, 1973). A pretensão de isenção opera como um salvo conduto e como uma defesa imunológica. De um lado se apresenta como a portadora da verdade factual, já que não se permitiu corromper por ideologias que iriam contaminar a narrativa. De outro lado afirma que as críticas (inclusive a necessária crítica das fontes) apenas provam que o cenário (acadêmico, midiático, político e cultural) está dominado por perspectivas ideológicas que procuram impedir que a verdade seja revelada. Essas duas dimensões, é claro, se complementam e retroalimentam (Picoli, et al., 2020, p. 10-11)

Não é uma maioria, quando consideramos a população inteira de jovens em idade escolar no país e até mesmo quais são aqueles que têm de fato acesso à internet e redes sociais, mas é fato de que conteúdos produzidos nesse meio estão cada vez mais ganhando força dentre aqueles que têm esse acesso e cresceram como nativos digitais, principalmente quando se diz respeito sobre a velocidade e quantidade de conteúdo que é *consumido* por eles (e nós também) todos os dias.

Os espantalhos no armário da educação brasileira

Pelo fato da grande subjetividade e necessidade de análise de diversos pontos de vista sobre os fenômenos socioculturais, as ciências humanas parecem deixar certas lacunas na vida dos alunos em contato com noções que envolvem sua construção cultural e identitária. Dentro desse campo, gênero, raça e classe se fazem muito presentes no cerne dos debates e discussões, do grande guarda-chuva de assuntos correlatos que docentes buscam trabalhar de forma a auxiliar na construção de identidade desses jovens (que costumam estar entre seus 12-18 anos de idade).

Com esse entendimento, transitam modelos de gênero e sexualidade nos currículos que projetam a heterossexualidade e a masculinidade tóxica como norma e referência. Isso não significa que se atribui à escola o poder e, tampouco, a responsabilidade de explicar as identidades, muito menos de determiná-las. Porém, não é possível não reconhecer que suas proposições e

interdições fazem e produzem sentidos, além de possuírem “efeitos de verdade” (Silva, Ferrari, Caetano, 2022, p. 9).

Esse “efeito de verdade” é algo que se faz como responsabilidade de toda rede que participa direta e indiretamente da criação de jovens, na escola e em todos locais que habitam, o aprendizado e formação de identidade é uma responsabilidade social. Porém, existe essa camada que vem se sobressaindo em relação às outras e que obedece à essa lógica de credibilidade construída no digital e indo além dela também. As lacunas que permitem os debates entre os estudantes estão ali justamente como parte do processo de aprendizagem, mas o que antes era espaço de questionamento, construção e curiosidade, se tornou um local de ansiedade e necessidade de objetivação desses processos nada simples (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

Qual seria o papel do professor que se dispõe a falar sobre sexualidade no espaço da escola? Alguns pais preocupam-se, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar idéias de pecado. Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente que não; cabe a eles criar oportunidades várias, de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor, fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade (Figueiró, 2009, p. 143)

A partir disso, fica a dúvida principal de: o que tem preenchido esses vácuos emocionais e informacionais?

O campo progressista no Brasil, desde a década de 1990 (período Republicano pós-ditadura de 1964), vem avançando consideravelmente em vários sentidos, seja na criação de programas de assistência social como Bolsa Família e Fome Zero, ou até

mesmo a Lei Maria da Penha¹³, a tipificação penal do feminicídio¹⁴, a criminalização do racismo¹⁵, bem como a lei L10.639¹⁶ que versa sobre ensino de história afro-brasileira nas escolas, são sinais dos grandes avanços que tivemos, e isso tudo incomodou justamente quem deveria incomodar (Oliveira, 2024).

No ano de 2017 durante o governo de Michel Temer e após o golpe legislativo na então presidenta Dilma Rousseff (protagonizado inclusive por congressistas que representam majoritariamente partidos de ideologias conservadoras), o ensino de gênero e educação sexual nas escolas começou a ser mais atacado ainda perante o cumprimento de uma agenda política, como mostrado pelo Relatório da Human Rights Watch: “Tenho medo, esse era o objetivo deles”: Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil” (2022). Os principais argumentos daqueles por trás dessa ação era que esses conteúdos estimulavam “A retórica política oportunista alegando “doutrinação”, “ideologia de gênero” ou “erotização precoce” continua” (2022, p. 23), como também era responsável por “transformá-los” em LGBTs:

Os alvos dessa agenda antigênero são adaptáveis de acordo com cada contexto. Ora miram nas feministas, ora em adeptos de religiões de matriz africana, ora nas pessoas LGBT, depois artistas, estrangeiros/as, mais à frente pesquisadores/as, em um outro momento em partidos de esquerda e qualquer outro grupo identificável como obstruindo ou que venha a dificultar a efetivação/perpetuação de seus interesses. Já as estratégias indicam um forte grau de articulação, pois são sempre muito parecidas: “mobilizam lógicas e imaginários simplistas, esquemáticos [...] alimentando pânicos morais que distraem as sociedades de problemas estruturais que deveriam estar sendo debatidos, como as crescentes desigualdades de gênero, mas também de classe, raça e etnia” (CORRÊA, 2017). (Cruz, et al., 2020, p. 12)

A vitória desse projeto foi uma das bases para um apelo da população por um governo federal mais conservador, se isso fosse sinônimo de proteger mais as nossas crianças e ajudasse na manutenção de um ensino básico que não abordasse o que eles denominaram de “ideologia de gênero” e que seria responsável pela “destruição da família tradicional brasileira”. Essa série de fatores e acontecimentos, junto de vários outros, é o que acaba por preparar o terreno para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um claro aceno para o crescimento do conservadorismo e políticas anti-progressistas após

¹³ Lei nº 11.340/2006 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

¹⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm

¹⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm

¹⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

uma grande campanha de que esse panorama era o que estava “acabando com o país” e deturpando os “verdadeiros valores” a serem seguidos para prosperidade do país (Miguel, 2021; HRW, 2022).

Apoiaram-se então um grupo de *espantalhos* sobre como o comunismo, a ideologia de gênero e outros devaneios haviam invadido completamente o ensino básico brasileiro¹⁷, usados para doutrinar nossos jovens. Toda essa movimentação levou a professores serem gravados em sala de aula (HRW, 2022, p. 53), ameaças e agressões (HRW, 2022) e uma adequação à essa nova realidade que dispensava o ensino de certos conteúdos imprescindíveis para nossa formação enquanto cidadãos. Foi assim, que parte do Brasil ficou convencido de que falar sobre gênero e educação sexual nas escolas era um campo que deveria ser proibido, e isso deixou um vácuo maior ainda que veio a ter consequências como as que tratamos aqui.

¹⁸Alves liga de maneira mais enfática a disseminação desta visão de mundo a um projeto de “doutrinação” nas escolas, a ser combatido pelo novo governo. O combate, ela se apressa a esclarecer, não implica imposição de um determinado comportamento: “Nós temos uma ideologia que é a ideologia de proteção da família, mas nós não estamos impondo, se o papai e a mamãe quiser vestir a criança de colorido, vista, nós não estamos impondo. O que nós estamos dizendo é que *as crianças pertencem à família*” (ênfase acrescentada) (Miguel, 2021, p. 8).

Essa perseguição a certos temas tratados nas escolas com um ideal conservador por trás acaba por se mostrar, como um alicerce importante para a ascensão de políticos da extrema-direita que atrelam pautas sobre aborto, menor idade penal e armamento para a população como formas de proteger as famílias brasileiras de tais espantalhos. No final, não há interesse em discutir políticas de proteção às crianças, mas sim em angariar plataforma política com sequestro de narrativas criadas e alimentadas pela pós-verdade (Miguel, 2021; Oliveira, 2023).

Gênero, socialização e formação de comunidade

Tendo em vista que já debatemos sobre como a presença das redes sociais e internet de forma análoga ao ambiente de ensino acabou por criar verdades próprias que contrariam o conhecimento propagado em sala de aula e em seus meios sociais

¹⁷ Época de nascimento de diversas teorias da conspiração que rendem pautas para congressistas até hoje.

¹⁸ Damares Alves, figura política da extrema-direita cristã e conservadora brasileira.

analógicos, observamos que esse mundo acabou também por *hiper-simplificar* debates e discussões de forma a reduzir o tempo de pesquisa e empenho em encontrar as respostas que esses estudantes procuram pautados em um sentimento de que “é tudo pra ontem” já que o mundo digital é imediatista em tudo.

The discursive construction of masculinity constitutes another foundational mechanism. Within the manosphere, masculinity is framed through simplified and hierarchical binaries that facilitate identity alignment while excluding alternative forms of expression (Connell, 2005). These narratives function as what Foucault (1980) would describe as regimes of truth, establishing normative frameworks that define what it means to be a “real man.” Through repetition and normalization, these discourses become internalized, shaping both individual identity and collective behavior (Costache, Enachescu, Petcu, 2026, p. 13).

Logo, se o debate é sobre o que define “ser homem/mulher”, há toda uma construção social que vem sendo ignorada e que aborda a ideia de como nos identificamos perante a forma que nos sentimos, sobre como manifestamos feminilidades e masculinidades e até mesmo como isso é um campo nebuloso e não binário que depende de todo um histórico sócio-cultural e vários outros fatores (Butler, 2020). Diferente disso e nessa onda de hiper simplificar os debates, o que vem ocupando o lugar disso é a noção de que é definido simplesmente a partir dos níveis hormonais¹⁹ que você apresenta no sangue, sua heterossexualidade²⁰ e a genitália que te pertence, biologizando e objetivando por inteiro um debate que pode ser exercido a partir de diversas frentes e disciplinas no ambiente escolar, mas são reduzidas para caber em um projeto ideológico (o que acusam docentes de fazer).

A ideia de que o gênero é uma construção social e performativa desestabiliza profundamente a crença em uma essência feminina ou masculina fixa e naturalizada. De modo que essa crítica à naturalização de identidades de gênero, que aliás remonta a Simone de Beauvoir, que já em *O segundo sexo* afirmava que “não se nasce mulher: torna-se mulher”, tratado no documentário também. Uma vez que coloca em xeque a ideia de uma identidade feminina essencial, mas abre caminho para compreensões mais dinâmicas e históricas

¹⁹ A biologização a partir desse tipo de argumento é central para as ideologias que buscam confirmar uma superioridade masculina e branca acima de todos os outros.

²⁰ Que nesse caso é definida por essa ideia fixa de gênero, onde homens e mulheres LGBTQs são menos homens e mulheres por causa disso, como se estivessem indo “contra a natureza”. Sobre pessoas trans, a ideia é que sequer deveriam existir.

do sujeito. No entanto, é justamente essa perspectiva que a Brasil Paralelo busca neutralizar por meio de um discurso biologizante e moralizante, que tenta reafirmar papéis de gênero fixos, ancorados em noções pretensamente naturais e universais (Basso, 2025, p. 36).

Essas comunidades que, no Brasil, são acessadas majoritariamente pelo X²¹ (antigo Twitter), Discord e Telegram²², têm em sua maioria conteúdos propagados por criadores e criadoras de conteúdo que abordam ideais de uma sociedade que estaria sendo dominada inteiramente pelo feminismo e pelos movimentos “identitários”²³ que deturpam os valores corretos para nossas crianças (como aparece na fala de Damares Alves anteriormente) e estaria forçando em ambientes como as escolas, os meninos a serem mais afeminados e as meninas a serem mais masculinas, invertendo os papéis de gênero que teriam servido *tão bem* a sociedade por tanto tempo.

Vemos então uma grande confluência de fatores (a pandemia e o isolamento social tendo sido um deles um mal necessário) na vida de alguns desses jovens acabou por trazer uma dependência digital sobre a maioria dos campos de suas vidas, inclusive à socialização, que mais do que nunca passou a exigir a existência crônica nas redes sociais em busca de evitar alguma forma de isolamento. Essa permanência crônica online acaba por fazer com que o mundo passe a girar ao redor daquele ecossistema digital e não só a convivência e sua formação de comunidade, mas a fonte de *realidade* tem passado a ser essa (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

Vamos ter então, nesse ambiente habitado pela juventude, uma mistura de saberes e comunidades que se informa por meios mais “tradicionais” com dedicação ao conteúdo apresentado por docentes e por sua rede de contato, construindo assim um meio informacional diverso e mais complexo, enquanto há uma parte que rejeita essas outras fontes e constitui seu saber a partir de argumentos mais simplistas que se retroalimentam nos conteúdos consumidos online e também se aproveitam de suas incertezas, emocional, desamparo e solidão (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

²¹ Plataforma que inclusive recentemente vem lidando com problemas em relação à geração de imagens pornográficas de menores de idade, sem qualquer tipo de regulamentação: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/elon-musk-e-criticado-por-nao-acabar-com-nudes-digitais-feitos-com-o-grok/>

²² Redes sociais as quais todas já foram suspensas pela justiça federal brasileira para investigações: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgr0p67p65o>

²³ Eles entendem “movimentos identitários” como todos aqueles que lutaram por direitos civis e representativos de minorias sociais.

Apesar da BNCC e nossas demais diretrizes ainda preverem um conteúdo de educação e saúde sexual a partir do ponto de vista das Ciências Biológicas e da Natureza, os debates sobre gênero costumam ficar em uma seara *complementar* das disciplinas. Dando mais espaço ainda para que os ideais binários, biologizantes e masculinistas de gênero se fixem como uma verdade e moldem mais facilmente a visão de mundo desses e dessas jovens. Para além de plataformas como o MBL e o Brasil Paralelo, também temos criadores em específico que atuam de forma aparentemente, mais sozinha e que trazem um discurso violento sobre como homens devem se portar, como devem tratar mulheres e oferecendo respostas objetivas para os problemas de desajuste, insegurança e solidão que esses jovens podem estar sentindo. Um deles é Thiago Schutz²⁴, o “calvo do Campari”:

No campo das narrativas, foi escolhido o perfil de Thiago Schutz para ser analisado por sua importância para o movimento redpill brasileiro e para a questão de pesquisa. Com a análise das publicações realizadas pelo coach nos meses de setembro e outubro de 2024, foram observadas muitas publicações e narrativas embasadas no determinismo biológico, que é utilizado para justificar a dominação masculina e a opressão das mulheres. Além disso, foram observadas e analisadas lógicas discursivas que colocam as mulheres, incessantemente, como interesseiras, com destaque para as mães solo. Ainda, foram identificadas narrativas que objetificam os corpos das mulheres, de modo a reduzir a pessoa da mulher à aparência física, à idade e à partes do corpo (Gimenes, 2024, p. 40).

Apesar de serem plurais, não tão unificados, mas mais organizados que gostaríamos, falas como a de Thiago e a extensa produção de conteúdo de integrantes do MBL e Brasil Paralelo, fazem parte de um conglomerado dos participantes de grupos masculinistas que decidiram por a cara à tapa e servirem de líderes vocais desses grupos que no Brasil se fragmentam em algumas grandes vertentes: os INCEL (celibatários involuntários), os MGTOW (man going their own way) e os Red Pill. Cada um desses têm desdobramentos próprios em grupos menores, mas bebem essencialmente de uma mesma fonte.

Bruna Oliveira, em “EXTREMISMO E LUTAS POR FALSO RECONHECIMENTO: uma análise dos grupos masculinistas brasileiros” (2024), nos

²⁴ Influenciador red pill que já teve intervenção policial por agressão à companheira: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/12/01/saiba-quem-e-calvo-do-campari-o-influenciador-red-pill-presos-por-agredir-a-namorada-em-sp.ghtml>

traz de forma minuciosa como muitos desses grupos atuam e se organizam no país, mas também nos traz de forma sucinta a definição de cada um desses, onde os:

- INCEL: seriam aqueles que se baseiam grandemente em questões biológicas, tendendo até mesmo a discursos eugenistas que falam sobre pureza e vantagem genética. Acreditam que não são bons o bastante pois são desprivilegiados dessa forma, por isso são forçados a serem celibatários, voltando o motivo da sua falta de afeto também para evolução dos movimentos progressistas que garantiram direitos de mais às mulheres e se vingam tanto delas quanto de homens que conseguem ocupar esse local de serem queridos por elas (Oliveira, 2024, p. 33-35);
- MGTOW: acreditam que mulheres não prestam e que toda sociedade atua ativamente contra o interesse dos homens, por isso, apesar de ainda se relacionarem com mulheres, fazem de tudo para que seja da forma mais casual possível com o intuito de objetificá-las e fazê-las se sentirem usadas, surgem de uma vertente do Red Pill (Oliveira, 2024, p. 33-35);
- Red Pill: talvez a que mais adentra nas teorias da conspiração, carregando consigo uma metáfora que incita a ideia de que essa filosofia acorda os homens para a realidade de um mundo dominado pelo feminismo e que precisa ser retomado pela dominância masculina. Andam juntos de ideias conservadores onde só se relacionam com pessoas valorosas e que seriam entendidas como “mulheres de respeito” (Oliveira, 2024, p. 33-36).

Esses grupos possuem representantes como Thiago Schutz, Gabriel Breier, Renan Santos, Arthur do Val, Andrew Tate e vários outros que falam abertamente sobre a necessidade de manter a socialização masculina a partir da violência (Grossi, 2004), que é necessário impor submissão a mulheres ao seu redor uma vez que o papel masculino é prover e “agir como homem” enquanto da mulher seria a ideia tradicional de cuidar da casa, da família e de reprodução. Para além da violência que envolve ideais de imposição, esses discursos são também um pano de fundo das violências reais como estupro maritais e a tentativa de convencimento das mulheres de que é um *dever* feminino se dispor sexualmente à seu parceiro sempre que ele tiver vontade²⁵.

Sendo assim, as faces do masculinismo e toda essa manufatura é muito diverso, mas responde à um ideal principal: resgatar a dominância masculina e agir ativamente

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=m0bX3WnKwnA>

contra tudo aquilo em nosso caminho. Para isso, é necessário alimentar uma base, com ódio e ressentimento para que os jovens tenham uma correlação que seus problemas enquanto meninos têm culpado e são esses movimentos progressistas, deixando de lado completamente a discussão que se uniria bem ao currículo escolar, que é o sistema capitalista e toda dimensão de desigualdade social, racial e de gênero que afeta nossas realidades de forma diferentes, sendo produtora de angústias, desajustes sociais e demais mazelas (Miguel, 2021; Gimenes; Oliveira, 2024). Ignora-se a dimensão biopsicossocial como parte da explicação e só a utiliza como forma de resposta: entender o que é ser homem, cumprir com seu papel e impor sua dominância no mundo.

É nesse momento que temos um tipo de “call to action” para que esses jovens se organizem e tomem seu local de “direito” enquanto homens dominantes sem medo de tomar aquilo que lhes é por direito, isso envolve: vidas, mulheres e o que mais eles imaginarem enquanto coletivo ou individualmente.

Poderíamos dizer que os homens que se identificam com o movimento masculinista se veem como vítimas de um mundo cuja ordem natural das coisas está subvertida. A culpabilização atribuída às mulheres e às lutas feministas diz muito mais da impossibilidade de se sentirem parte de um projeto de domínio sobre esses corpos do que simplesmente uma experiência de inabilidade social e rejeição sexual. Para Kelly e Aunspach (2020), ao mesmo tempo em que os masculinistas incels falham no sentido de incorporar em suas vivências uma masculinidade hegemônica, seus discursos estão estritamente ligados às ideias de dominação sexual e racial encontradas nas lógicas supremacistas da extrema-direita. O lugar social da vitimização opera como pano de fundo para justificar as fantasias e práticas de violência misóginas e racistas, “ao naturalizar o desejo sexual masculino como uma forma de autovalorização da identidade branca, do autodomínio e do senso de direito, enquanto encaram homens negros e não-brancos como uma ameaça sexual” (p. 150, tradução nossa). (Amato, Fuchs, 2022, p. 82)

No que diz respeito à socialização no ambiente escolar a partir dessa realidade, é entendendo o alcance desses grupos e seus conteúdos nas redes sociais que começamos a entender o tamanho do problema que inicia com bullying e desencadeia à estupro coletivos e tiroteios em massa.

Como já mencionado na seção 2.1.1, o Brasil viveu 36 ataques a escolas entre 2002 e 2023, e há uma forte conexão entre a construção de masculinidade e a violência extrema em tais incidências. Segundo Andrade et al. (2023), nesses

ataques, a cultura da violência se associa às noções de honra, machismo e à ideia de virilidade. Assim, visto que as mulheres são alvos frequentes de atiradores em massa, incluindo os atacantes de escolas (Brasil, 2023), não há como negar que o ódio destinado a mulheres é um dos alicerces do extremismo violento (Camilo; Bravos, 2024). (Oliveira, 2024)

Portanto, não há uma diferença tão grande do que conhecemos como a masculinidade considerada hegemônica no Brasil (Grossi, 2004), mas para além de sua manutenção há uma radicalização, não é só se reafirmar homem a partir desse ideal, é combater ativamente tudo aquilo que possa ser uma *ameaça* à essa identidade, sua dominância e sua permanência enquanto uma ideia de ser homem que reivindica como um direito o exercício dessas características e performances, mesmo quando infringem as leis.

A masculinidade ressentida e ódio cultivado na adolescência

Todo esse caminho feito pelos criadores desses movimentos e discursos se aproveitam, como já abordado, de uma fragilidade, de se sentirem perdidos e de um momento imprescindível de nossas vidas que abrange a construção de nossa identidade e noções de mundo. Os ideais que oferecem então acabam *gerando* e retroalimentando discursos de forma proposital, uma vez que esses criadores masculinistas e suas comunidades sabem como as principais plataformas funcionam e a autoridade têm sido construídas através de um discurso viralizado que se consolida como verdade, mesmo que sejam uma completa distorção da própria (Costache, Enachescu, Petcu, 2026).

Essas lideranças digitais que são tanto dos meios nacionais como internacionais, incentivam esses jovens a se unirem contra aquilo que vem os impedindo de serem homens como eles deveriam ser, isso implica em comunidades que saem do digital e se formam nas interações sociais, onde infelizmente o ambiente escolar é eco de todas essas ideias e local de consolidação desses grupos (Oliveira, 2024).

No final das contas, o ressentimento e os sentimentos de abandono e desajuste desses jovens devem sim ser validados, pois existem e sabemos que existem, mas também precisam ser trabalhados de alguma forma e leva-los a algum lugar. A questão é como esse vácuo de letramento de gênero nas escolas, alinhado com um projeto de educação bancária (Freire, 2014) que há tempos abandonou o esforço de tratar de materialismo histórico (Gramsci, 1999; 2000) em seu ensino, também abriu a lacuna para que esses

grupos ganhassem espaço e radicalizassem jovens a partir de discursos perigosos não só para sociedade, mas para seu próprio ambiente escolar.

Quando olhamos para além do digital, é importante ressaltar que as lideranças são construídas ali, por homens adultos (sejam eles mais velhos ou mais novos), de diversos grupos masculinistas diferentes e suas ramificações que agem como tutores e verdadeiros professores dessa juventude que eles passam a considerar modelos masculinos a serem seguidos, ou como temos observados, verdadeiros líderes. Como apontado em Costache, Enachescu e Petcu (2026), essas lideranças, entretanto, têm influenciado na criação de comunidades com seus próprios líderes para fora do digital e em termos de socialização da juventude, isso têm criado grupos dispostos a agir contra aquilo que, em suas teorias, estariam roubando o local da dominância masculina e que deveriam se submeter à essa superioridade de gênero, ou à “ordem natural” das coisas.

Essa linha de pensamento que incentiva à atuação real tem não só escalonado os assédios e ameaças virtuais às meninas, mulheres, pessoas racializadas e LGBTs, mas têm gerado complicações criminosas no próprio meio de socialização desses jovens para com seus pares, a exemplo de *um* dos casos que chocou o Brasil recentemente no Rio de Janeiro:



The image is a screenshot of a news article from G1. At the top, there is a red header bar with the text "RIO DE JANEIRO" in white and a search icon with the word "BUSCAR" in white. Below the header, the main headline is in large, bold, black font: "Preso por estupro coletivo em Copacabana é investigado por caso semelhante em festa em 2025". Under the headline, there is a sub-headline in smaller black font: "Vitor Hugo Simonin teria estuprado menor de idade durante festa no Humaitá em outubro do ano passado. Na segunda-feira, um preso e um internado por participação em caso que ganhou repercussão nacional foram indiciados por outro crime semelhante em 2023." Below the sub-headline, the author information is in red font: "Por Henrique Coelho, Felipe Freire, Priscilla Moraes, RJ1". At the bottom left of the article preview, there is a timestamp: "16/06/2026 05h03 · Atualizado há 2 semanas".

RIO DE JANEIRO

Q BUSCAR

Preso por estupro coletivo em Copacabana é investigado por caso semelhante em festa em 2025

Vitor Hugo Simonin teria estuprado menor de idade durante festa no Humaitá em outubro do ano passado. Na segunda-feira, um preso e um internado por participação em caso que ganhou repercussão nacional foram indiciados por outro crime semelhante em 2023.

Por Henrique Coelho, Felipe Freire, Priscilla Moraes, RJ1

16/06/2026 05h03 · Atualizado há 2 semanas

26

Fig1.: Manchete jornal eletrônico G1.

Vejamos nessa notícia que tudo foi organizado, foi de caso pensado onde um dos investigados pela violência também aparece sendo conduzido à delegacia com camiseta

²⁶<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2026/06/16/preso-estupro-coletivo-investigado-festa-caso.ghml>

que carrega lema de um dos líderes masculinistas, Andrew Tate. Na camiseta do investigado se lê “Regret Nothing” (em tradução: não se arrependa de nada). O mesmo ocorre também, mas de forma individual em outro estado do Brasil, onde uma jovem sofre uma tentativa de assassinato após rejeitar (de forma gentil e cordial) as investidas amorosas de um rapaz. A tentativa de feminicídio falhou e após acordar de um coma das 15 facadas que tomou, a jovem, Alana Nísio Rosa veio às redes sociais da mãe pedindo por justiça para seu caso e tantos outros²⁷.

Há anos esses casos vêm aumentando e também sendo subnotificados, a realidade da violência de gênero é que ela vem começando cada vez mais cedo, por jovens ressentidos guiados por homens também ressentidos que pautam o ódio às mulheres e ao feminino como única saída para prosperidade e liberdade masculina.

Portanto, já passou da hora de subestimar o tamanho da influência dessas comunidades digitais em nossos jovens, mas principalmente já basta de não levarmos nossa juventude à sério. Uma das coisas que chamou atenção dos telespectadores da minissérie Adolescência da Netflix²⁸ (2025) foi a idade do personagem protagonista, que na trama tem seus 13 anos de idade e já seria responsável por crimes do tipo. Demoramos muito a tratar nossos jovens como seres humanos (tanto em ciclo social como no ambiente escolar), os convencemos de que seus gostos não importam pois vão mudar após aquela fase, que suas decepções amorosas não são nada demais, que suas opiniões pouco importam pois não pagam contas e não são adultos ainda, que muito do que fazem nessa época da vida é irrelevante e isso acaba por diminuir, para eles, o impacto e verdadeira consequência de suas ações – trama presente inclusive na minissérie.

Passamos décadas convencendo gerações de que “adolescente não é gente”, para depois querer discutir sobre redução de maioridade penal com o argumento de que “já tem idade para realizar crimes”, mas tudo volta para a defasagem educacional e o vácuo emocional e informacional que existe na vida de nossa juventude também há décadas. Para cobrarmos mudança e para que essas comunidades sejam abandonadas, temos que admitir que estamos errando com a juventude há muito tempo e os movimentos supremacistas de gênero sabem disso como ninguém, uma vez que utilizam essas fragilidades para se aproximar, acolher e promover cada vez mais ódio e ressentimento à jovens perdidos e os convencendo de que a única saída para um melhor futuro e uma vida

²⁷ Reportagem do Metrôpoles: <https://www.metropoles.com/brasil/rio-jovem-esfaqueada-15-vezes-por-negar-namoro-pede-justica-apos-alta>

²⁸ <https://www.imdb.com/pt/title/tt31806037/>

menos dolorida, é ir em busca do resgate de sua dominância masculina na sociedade e forçar a submissão de quem hoje é culpado pelo seu mal estar.

Conclusão

Não é de hoje que grupos masculinistas existem. Alguns desses grupos, existem desde antes da internet ser o que é hoje e até mesmo antes das redes sociais existirem como esse ambiente de consumo e produção de conteúdo. O início desses grupos veio justamente e primeiramente como locais para desabafo e acolhimento para jovens que se sentiam desajustados socialmente e em alguns momentos até tinham a presença de meninas e mulheres em seus fóruns, mas foi quando começaram a abraçar uma maior agenda da extrema-direita que os discursos começam a se radicalizar e tomar uma direção mais violenta (Amato, Fuchs, 2022; Oliveira, 2024).

Não assumimos uma bondade e bom senso de jovens só por serem jovens e se sentirem desajustados de alguma forma, dizer isso seria assumir uma noção generalizada impossível de ser compatível com qualquer visão analítica que trouxemos aqui. Entretanto, por mais que alguns garotos jovens possam até ter alguma má índole por conta própria, suas noções estão sendo potencializadas e socializadas entre seus iguais, forjando uma nova realidade onde agir dessa forma é deles por direito e além de ser respeitado, deve ser posto em prática como forma de reivindicação de um espaço perdido.

É nesses momentos que trazemos novamente o tanto que a regulamentação das redes sociais se faz necessária, pois não é somente sobre responsabilizar quem assumiu essa liderança online nessas comunidades - seja na produção de conteúdo ou nos grupos que permitem certo nível de anonimato como Discord e Telegram - e identificá-los para que o discurso seja criminalizado como o atual PL 896/2023²⁹ traz, mas também como maneira de cercear ao máximo esses discursos e construção de comunidade para que seus argumentos, ideais e influências sejam descontinuados e mais facilmente combatidos, onde preenchamos o vácuo informacional com o acolhimento necessário e não dando espaço ao ressentimento.

Para que esses passos sejam possíveis, é necessário entender como a credibilidade vem sendo construída a partir da socialização dos nativos digitais, como nos traz:

²⁹PL que visa a criminalização de discurso misógino com tipificação equiparada ao racismo <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156025>

At the same time, algorithmic amplification emerges as a critical structuring mechanism. Platform architectures systematically privilege content that generates engagement, thereby shaping the visibility of specific actors and narratives. This creates a feedback loop in which visibility enhances perceived credibility, which in turn consolidates authority - a process conceptualized here as algorithmic authority. As Tufekci (2015) and Bucher and Helmond (2018) argue, algorithms do not passively distribute information but actively structure attention, influencing which forms of leadership are recognized and sustained. Empirical evidence further suggests that such systems disproportionately amplify polarizing and emotionally charged content, reinforcing the dominance of particular ideological positions (Regehr et al., 2025). (Costache, Enachescu, Petcu, 2026, p.13)

É assim, que para além de regulamentar as redes sociais podemos combater esse fenômeno que incita e faz crescer a violência de gênero e tem formado homens cada vez mais violentos e dispostos a violentar. Lembramos que não estamos falando de adultos formados, mas de seres humanos em formação, e isso é o bastante para entendermos que é necessário investir em uma mudança na forma que agimos na esfera de prevenção à violência de gênero, através da propagação de informações que ajudem a descredibilizar o que vem ganhando status de verdade entre eles e apontar os inúmeros caminhos que eles têm acesso e que não são pautados em uma ideia conservadora e hierarquizante de gênero e da masculinidade.

Sendo assim, observamos que todo esse fenômeno da manosphere no Brasil tem oferecido um grande desafio no ambiente escolar e toda extensão de sua socialização, sendo necessário a adoção de políticas que não busquem somente remediar essa situação, mas de buscar dentro do próprio ambiente escolar as possibilidades de reverter esse quadro, através da inserção oficial de assuntos sobre construção de gênero e diversidade no currículo escolar e uma pressão para maior presença de equipes capacitadas nas escolas que tenham estrutura para acolher estudantes justamente para que a resposta de seus problemas - que são de origem biopsicossocial - não seja oferecida por estranhos ressentidos nas redes sociais.

O que observamos durante a escrita desse trabalho, é que o que está em jogo é proteger a juventude brasileira de quem se alimenta de suas *dores* como forma de cooptação para movimentos supremacistas, ao mesmo tempo que reconhecemos que essa oportunidade só existe pois fomos lenientes em como tratamos esses jovens e se “para criar uma criança é necessária uma vila”, nós enquanto vila, falhamos.

Referências Bibliográficas

AMATO, Bruna.; FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt. Discursos de ódio de gênero e subjetivação: articulações entre masculinismo e extrema-direita. In: *Violência e Gênero: análises, perspectivas e desafios*, p. 77–92, 2022.

BASSO, Clarissa Helena. Por mais mulheres santas e menos ideologia: antifeminismo e guerra cultural na produção visual da extrema direita no Brasil (2022) . 2025. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Civilização Brasileira, 2020.

COSTACHE, Bogdan et al. Algorithmic Masculinity and the Commodification of Authority: Leadership, Influence, and Digital Power in the Contemporary Manosphere. **International Journal of Education, Leadership, Artificial Intelligence, Computing, Business, Life Sciences, and Society**, v. 6, p. 27-47, 2026.

DE SOUZA CRUZ, Thalles do Amaral; DA SILVA, Marlon Silveira; DOS SANTOS, João Paulo Lopes. Da educação sexual à “ideologia de gênero”:: disputas em torno das sexualidades e dos gêneros na escola. **Pró-Discente**, v. 26, n. 1, p. 91-107, 2020.

FERNANDES, Carla Montuori et al. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5317, 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: EdUEL, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

GIMENES, Giovana dos Santos. Masculinismo e autoajuda: uma análise do fenômeno dos coaches redpills no Brasil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Cadernos do cárcere. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidade: Uma revisão teórica. Mandrágora (São Bernardo do Campo), v. XII, 2004.

HRW. Tenho medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil.“. **Human Rights Watch**, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos pagu**, p. e216216, 2021.

MIRANDA, Jean Carlos; CAMPOS, Isabela do Couto. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022.

MOTTIN, Karina Veiga. Antifeminismo no Brasil contemporâneo: entre conceitos e características. **Revista Estudos Feministas**, v. 34, n. 1, p. e109484, 2026.

PICOLI, Bruno Antonio; CHITOLINA, Vanessa; GUIMARÃES, Roberta. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da "Brasil Paralelo". **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.64896.

PRESNKY, Marc. Digital natives and digital immigrants. *On The Horizon*, New York, 9, n. 5, p.1-5, out. 2001.

PRIOR, Hélder. (2019), Mentira e política na era da pós-verdade: fake news, desinformação e factos alternativos. In P. Lopes & B. Reis (eds.), *Comunicação Digital: media, práticas e consumos* (pp. 75-97). Lisboa: NIP-C@M & UAL. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3976>.

OLIVEIRA, Ulisses Gonçalves de. **A Educação em disputa no Brasil**: um estudo sobre o conservadorismo e o uso das redes sociais pelo Movimento Escola Sem Partido. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, Bruna Silveira Martins de. Extremismo e lutas por falso reconhecimento: uma análise dos grupos masculinistas brasileiros. 2024.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; FERRARI, Anderson; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Masculinismo, neoconservadorismo e pedagogias culturais: investimentos em tradições, essencializações e naturalizações. *Currículo sem Fronteiras*, v. 22, p. e2189, 2022.